



**PROCESSO LICITATÓRIO Nº 042/2025**

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 006/2025 – INEXIGIBILIDADE Nº 014/2025**

**CREDENCIAMENTO 001/2025 – CONTRATO Nº 100/2025**

***CONTRATO DE PESSOA JURÍDICA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARTISTAS E MÚSICOS PARA POSSÍVEL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM EVENTOS APOIADOS OU PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE MINDURI – MG. ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE MINDURI e 54.990.374 Leandro da Cunha Muniz Fernandes***

O Município de Minduri/MG, com sede na Rua Penha, nº 99, Vila Vassalo, na cidade de Minduri/MG, inscrito no CNPJ sob o nº 17.954.041/0001-10, neste ato representado pelo Sr. José Bento Junqueira de Andrade Neto, Prefeito Municipal, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa • **54.990.374 Leandro da Cunha Muniz Fernandes, inscrito no CNPJ nº 54.990.374/0001-20, situado na rua Silvestrini, nº 05, Bairro Estação, na cidade de São Lourenço-MG, CEP: 37.470-00 – neste ato representado por Leandro da Cunha Muniz Fernandes, tendo em vista o que consta no Processo nº 042/2025 e em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 2021 CREDENCIAMENTO, conforme dispõe o Art. 74 e Art. 79, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 124 do Decreto Municipal 3122/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas**

**1.0 CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO**

**1.1 O presente contrato tem por objeto a Contratação de profissional, *PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARTISTAS E MÚSICOS para apresentação de show artístico no dia 01 (primeiro) de Janeiro de 2026 – (quinta-feira) em atendimento à programação oficial do Réveillon na cidade de Minduri – MG, no ano de 2026.***

**1.1.1. O horário de apresentação do show está previsto para iniciar no horário de Hrs: 18:00 (dezoito horas), com apresentação de no mínimo de 02 horas e 30 minutos.**



**1.2. CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS E MÚSICOS PARA POSSÍVEL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM EVENTOS APOIADOS OU PROMOVIDOS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE MINDURI – MG.**

**1.3. Esta apresentação visa a realização Da programação oficial do Réveillon na Praça 12 (doze) de Dezembro situada na Avenida Getúlio Vargas, Centro de Minduri – MG, tem como finalidade promover a integração social, a qualidade de vida e o bem-estar da população do município, proporcionando um momento de convivência comunitária, celebração cultural e fortalecimento dos vínculos sociais em uma data simbólica de renovação e esperança. A iniciativa está em conformidade com as diretrizes das políticas públicas de promoção do convívio social e do acesso à cultura, reafirmando a responsabilidade do poder público em fomentar ações que estimulem a participação comunitária, a valorização cultural e o bem-estar coletivo.**

**2.0 CLÁUSULA SEGUNDA: DA VINCULAÇÃO**

**2.1** Este contrato guarda conformidade com a INEXIGIBILIDADE Nº 014/2025 e Credenciamento nº 001/2025 e seus anexos, vinculando – se, ainda, à proposta de preços da CONTRATADA, à nota de empenho e demais documentos constantes, que independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste instrumento.

**3.0 CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO**

**3.1** Constituem obrigações da CONTRATADA, dar fiel cumprimento à execução do objeto deste contrato e, em especial:

**3.1.1** Arcar com todos os custos necessários para o atendimento do objeto desta licitação, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais, impostos, taxas, fretes, seguros, garantia, contribuições fiscais e para – fiscais, e quaisquer outros gastos e despesas que se fizerem necessários;

**3.1.2** Assumir todo e qualquer prejuízo causado à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato/nota de empenho;

**3.1.3** Aceitar nas mesmas condições ajustadas, os acréscimos ou supressões até o limite estabelecido pela legislação vigente;

**3.1.4** Adequar, imediatamente sem ônus para a Prefeitura Municipal de Minduri – MG, contados de sua notificação, os produtos em que se verifiquem, vícios, defeitos, incorreções ou que estejam em



desacordo com o especificado neste Edital;

**3.1.5** Atender prontamente quaisquer exigências do representante da Prefeitura Municipal de Minduri - MG, inerentes ao objeto da contratação.

**3.1.6** Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de qualificação da habilitação;

**3.1.7** Retirar a nota de empenho emitida em seu favor em até dois dias úteis contados da sua notificação.

**3.1.8** Discriminar na nota fiscal as especificações do serviço de modo idêntico àquelas apresentadas na sua proposta.

**3.1.9** A empresa deverá dispor de número telefônico e e-mail, para contato imediato da Contratante.

**3.1.10.** O artista/músico é responsável pela taxa de recolhimento do ECAD.

#### **4.0 CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

**4.1** Compete ao contratante:

**4.1.1** Acompanhar e fiscalizar a execução da nota de empenho, bem como atestar a nota fiscal/fatura após a prestação dos serviços, objeto desta licitação;

**4.1.2** Efetuar o pagamento à CONTRATADA;

**4.1.3** Aplicar à CONTRATADA as penalidades previstas no Edital e na legislação pertinente, quando for o caso;

**4.1.4** Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto, que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;

**4.1.5** Documentar as ocorrências havidas;

**4.1.6** Determinar a regularização das faltas e defeitos observados na execução do objeto da licitação.

**4.1.7** Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o contrato.

#### **5.0 CLÁUSULA QUINTA: DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

**5.1.** Os serviços deste contrato serão prestados pela licitante contratada, sendo de sua total responsabilidade o cumprimento das obrigações assumidas, em cumprindo todas as exigências do



processo de Inexigibilidade e seus anexos.

## **6.0 CLÁUSULA SEXTA: DA VIGÊNCIA**

**6.1** Este contrato terá vigência até **31 de Janeiro de 2026**, conforme estabelecido no termo de referência/edital.

## **7.0 CLÁUSULA SÉTIMA: DO VALOR DO CONTRATO**

**7.1** Pela execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA para fornecimento dos serviços a importância de **R\$ 4.466,67 (quatro mil quatrocentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos)**, sendo que o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a prestação da prestação dos serviços e comprovação da entrega da Nota Fiscal devidamente atestada.

## **8.0 CLÁUSULA OITAVA: DO PAGAMENTO**

**8.1** As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas das Certidões Negativa de Débitos para com o Sistema de Seguridade Social–INSS e o Certificado de Regularidade de Situação para com o Fundo de Garantia de Tempo de Serviços – FGTS e com o Tribunal Superior do Trabalho – TST.

**8.2** O pagamento será efetuado pela Prefeitura pelo prazo do item 7.1, conforme protocolização da nota fiscal/fatura e dos respectivos documentos comprobatórios, conforme indicado no item 8.1, mediante ordem bancária, emitida através do Banco do Brasil, creditada em conta corrente da Contratada.

**8.3** Caso a contratada não cumpra as cláusulas contratuais estará sujeito às penalidades;

**8.4** A prestação dos serviços, objeto deste contrato, poderá ser realizado e fiscalizado por intermédio da Secretaria de Municipal de Educação e Cultura (sub Unidade Turismo e Meio ambiente).

**8.5** Havendo erro nos documentos hábeis de cobrança ou circunstâncias que impeçam o pagamento, aqueles serão devolvidos e o pagamento ficará pendente até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Neste caso, o prazo para pagamento iniciará após a regularização, sem ônus para a administração.

## **9.0 CLÁUSULA DÉCIMA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1** As despesas decorrentes da contratação, objeto desta licitação, correrão à conta de dotações orçamentárias, de acordo com a Secretaria e mediante a disponibilidade orçamentária:



DOTAÇÃO	UNIDADE E RECURSO
02.10.01.13.392.010.2.0066 - REALIZAÇÃO EVENTOS CULTURAIS E FESTAS TRADICIONAIS 3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA	Secretaria Municipal de Educação e Cultura - Recurso MUNICIPAL

## **10.0 CLÁUSULA DÉCIMA: DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS**

**10.1** Os preços para a prestação de serviços do objeto deste instrumento serão fixos e não sofrerão reajustes durante a vigência do contrato.

## **11.0 CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA FISCALIZAÇÃO**

**11.1** Será designado, pela Contratante, um servidor qualificado ou uma comissão para exercer a fiscalização do serviço, que terá, dentre outras, a incumbência de solicitar à CONTRATADA o afastamento ou a substituição de profissional que considere ineficiente, incompetente, inconveniente ou desrespeitoso com pessoas da Administração do Contratante ou terceiros ligados aos serviços.

**11.2** A fiscalização exercida na prestação dos serviços não exclui a responsabilidade da Contratada, por quaisquer irregularidades resultantes de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência deste, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos.

## **12.0 CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS ALTERAÇÕES**

**12.1** O presente Contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no Artigo 124, da Lei n.º 14.133/2021, mediante Termo Aditivo.

## **13.0 CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

**1.1.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- i)** Der causa à inexecução parcial do contrato;
- ii)** Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;



- iii)** Der causa à inexecução total do contrato;
- iv)** Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- v)** Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- vi)** Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- vii)** Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- viii)** Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa presencial ou execução do contrato;
- ix)** Fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- x)** Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- xi)** Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- xii)** Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**1.2.** Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- 1- **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- 2- **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- 3- **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei)
- 4- **Multa:**
  - Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
  - *O atraso superior a 90 dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.*
  - Compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;



1.2.1. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

**1.3.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

1.3.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

1.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

1.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**1.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**1.5.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- A natureza e a gravidade da infração cometida;
- As peculiaridades do caso concreto;

(1) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

(2) Os danos que dela provierem para o Contratante;

(3) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**1.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

**1.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa



jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

**1.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

**1.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

14.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

- a) - não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações, de projetos ou de prazos;
- b) - desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;
- c) - alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de concluir o contrato;
- d) - decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;
- e) - caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;
- f) - razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

14.2. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

- a) - supressão, por parte da Administração, de obras, serviços ou compras que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no [art. 125 desta Lei](#);
- b) - suspensão de execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;



c) - repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações e outras previstas;

d) - atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração por despesas de obras, serviços ou fornecimentos;

e) - não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de área, local ou objeto, para execução de obra, serviço ou fornecimento, e de fontes de materiais naturais especificadas no projeto, inclusive devido a atraso ou descumprimento das obrigações atribuídas pelo contrato à Administração relacionadas a desapropriação, a desocupação de áreas públicas ou a licenciamento ambiental.

14.3. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:

I - devolução da garantia; (caso tenha exigido)

II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;

## **15.0 CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1** A licitante CONTRATADA deverá iniciar os serviços de acordo com a assinatura do contrato.

**15.2** A CONTRATANTE reserva-se no direito de paralisar ou suspender a qualquer tempo à execução dos serviços contratados, mediante o pagamento único e exclusivo daqueles já executados.

**15.3** A CONTRATANTE reserva-se, ainda, no direito de recusar todo e qualquer serviço que não atender às especificações, ou que sejam considerados inadequados pela fiscalização.

**15.4** A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar à CONTRATANTE ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando a CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos.

**15.5** A CONTRATADA será a única responsável para com seus empregados e auxiliares, no que concerne ao cumprimento da legislação trabalhista, previdência social, seguro de acidentes do trabalho ou quaisquer outros encargos previstos em lei, em especial no que diz respeito às normas de segurança do trabalho, previstas na legislação Federal (Portaria n.º 3.214, de 8.7.78, do Ministério do Trabalho),



sendo que o seu descumprimento poderá motivar a aplicação de multas por parte da CONTRATANTE ou rescisão contratual com a aplicação das sanções cabíveis.

**15.6** Aplica-se a este Contrato as disposições da Lei n.º 14.133/2021, que regulamenta as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

## **16.0 CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: FORO**

**16.1** Fica eleito o foro da cidade de Cruzília - MG, como competente para dirimir quaisquer dúvidas ou questões decorrentes da execução deste contrato.

E por se acharem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento na presença das testemunhas abaixo, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza todos os efeitos legais.

Minduri – MG, 22 de Dezembro de 2025.

**JOSÉ BENTO JUNQUEIRA DE ANDRADE NETO**  
**PREFEITO MUNICIPAL**  
CONTRATANTE

**54.990.374 Leandro da Cunha Muniz Fernandes**  
**CNPJ nº 54.990.374/0001-20**  
CONTRATADA

Testemunhas: